



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPEL e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

Percepções Guarani sobre soberania e segurança alimentar e nutricional a partir dos aportes e resultados do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais no Rio Grande do Sul

Autoria: Mariana de Andrade Soares (EMATER/RS)

A partir do Decreto nº 9.221, de 6 de dezembro de 2011, o governo federal criou o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, somando esforços à estratégia política de enfrentamento à desigualdade social e o combate à pobreza, no caso específico, do meio rural. O Programa tem como objetivo a inclusão social e produtiva de famílias de agricultores familiares em situação de extrema pobreza (renda per capita até R\$ 89,00), promovendo a segurança alimentar e nutricional e/ou seu incremento de renda, através da transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis e da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER). No Rio Grande do Sul, essa política pública está sendo executada pela instituição oficial de ATER, a EMATER/RS, desde 2012, na qual exerci a função de coordenação, envolvendo famílias de povos e comunidades tradicionais. O presente artigo visa analisar os aportes e os resultados do Programa junto às famílias Guarani e fazer uma reflexão sobre as suas percepções do que seja segurança ou insegurança alimentar. Os dados foram obtidos do sistema disponibilizado pela instituição, e são também fruto da observação e interação com as famílias e lideranças Guarani. A reflexão antropológica sobre a experiência visa somar forças interpretativas de uma comunidade intelectual, dando subsídios para a instrumentalização de políticas que atendam as demandas e as necessidades dos povos indígenas na contemporaneidade.



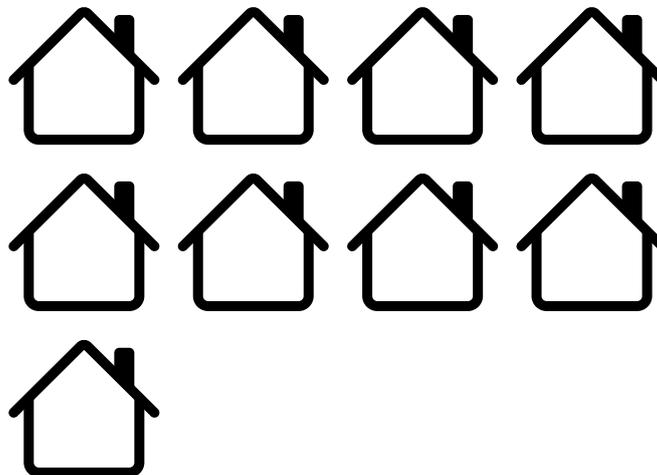
Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: